## RESOLUÇÃO DO CSDP Nº 08, de 26 de Setembro/2025

Altera a Resolução № 01, de 02 de fevereiro/2025, que dispõe sobre a regulamentação do auxílio alimentação e auxílio-saúde para os cargos de provimento em comissão da Administração Superior, ao Controlador-Geral e ao cargo de Ouvidor(a)-Geral, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras Providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, I, da Lei Complementar n. 124, de 02 de julho de 2008; e

**CONSIDERANDO** que a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco possui autonomia funcional e administrativa, podendo praticar atos de gestão financeira e de pessoal, inclusive de elaboração de sua folha de pagamento, no art. 6º, inc. XIII da Lei Complementar Estadual nº 124/08;

**CONSIDERANDO** que à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco é assegurada a autonomia funcional e administrativa, nos termos do art. 134, §2º, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que compete ao Conselho Superior, no exercício do poder normativo, editar e regulamentar normas legais, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 3° da Lei Complementar nº 531/2024, de 2 de janeiro de 2024, que criou o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que o auxílio-saúde é regulamentado por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública, desde que haja dotação orçamentária, conforme art. 42, §3°, da Lei Complementar n° 20/98;

**CONSIDERANDO** o estudo técnico, relatório analítico e, sobretudo, dotação orçamentária.

## **RESOLVE:**

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução n° 01, de 14 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° O auxílio-alimentação e o auxílio-saúde, ambos de natureza indenizatória, terão seus valores fixados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e R\$ 1.000,00 (hum mil reais), respectivamente."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, alterando-se a resolução n° 01, de 02 de fevereiro/2025, com efeito dentro do presente exercício financeiro, e revogando as disposições em contrário.

## HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS PRESIDENTE DO CSDP

GABRIEL GONÇALVES LEITE
SECRETÁRIO-GERAL DO CSDP

MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO

CONSELHEIRO NATO – CORREGEDOR-GERAL

EDUARDO JOSÉ TASSARA TAVARES

CONSELHEIRO ELEITO

HENRIQUE DA FONTE ARAÚJO DE SOUZA

CONSELHEIRO ELEITO

JULIANA PARANHOS DE MELO

CONSELHEIRA ELEITA

DEBORA DA SILVA ANDRADE

CONSELHEIRA ELEITA